

o complexo agroindustrial da floresta*

the agro-industrial complex of the forest

Suzana Quinet de Andrade Bastos**

Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Luciana de Assis Mauler***

Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Carolina Moraes Sarmiento de Assis♦

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

RESUMO

O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um exemplo da transferência direta do capital do café para a indústria. O complexo surgiu com a fazenda de café em 1858 e em 1925 instalou-se a fábrica têxtil. A fábrica de tecidos São João Evangelista, que começou pequena, teve grande impulso a partir do final da década de 1930 e, durante a Segunda Grande Guerra, obteve lucros extraordinários, os quais permitiram que o complexo se expandisse e se diversificasse. No complexo, a estrutura familiar de administração funcionou enquanto os lucros foram altos e sustentaram a família. Com o crescimento desta e a diminuição daqueles, começaram os problemas. Na década de 1980, tanto a fazenda como a fábrica foram vendidas para herdeiros da família. Na São João Evangelista (SJE), uma fase de austeridade e crescimento se inicia com a aquisição

ABSTRACT

The Floresta agro-industrial complex, in Juiz de Fora, is an example of the direct transfer of coffee capital to the industry. The complex started with the coffee farm in 1858 and in 1925 the textile factory was installed. The São João Evangelista factory, which started small, had a great boost from the end of the 1930s and, during World War II, obtained extraordinary profits, which allowed the complex to expand and diversify. In the complex, the family management structure worked while profits were high and supported the whole family. With the growth of this and the decrease of those, the problems started. In the 1980s, both the farm and the factory were sold to family heirs. At SJE, a phase of austerity and growth began with the acquisition of approximately 97% of the shares by one of the partners, the grandson of the factory's founder, who remains, to-

* Submissão: 13/04/2020; aprovação: 15/11/2020.

** Professora Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: quinet.bastos@ufjf.edu.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8080-1486>>.

*** Economista. Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luciana.mauler@ebserh.gov.br

♦ Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: carolinamsarmiento@gmail.com

de aproximadamente 97% das ações por um dos sócios, neto do fundador da fábrica, o qual se mantém, juntamente com dois filhos (quarta geração), no comando da fábrica até os dias de hoje.

Palavras-chave: Café. Indústria têxtil. Fazenda da Floresta. Fábrica de Tecidos São João Evangelista. Juiz de Fora (MG).

gether with two sons (fourth generation) in charge of the factory until today.

Keywords: Coffee. Textile industry. Forest Farm. São João Evangelista Fabric Factory. Juiz de Fora (MG).

1. Introdução

A acumulação de capital é condição *sine qua non* para que se inicie qualquer processo de industrialização. No Brasil, esse processo se deu tardiamente se comparado aos países europeus, aos Estados Unidos e ao Japão. O excedente que permitiu a acumulação de capital esteve ligado ao desenvolvimento da economia mercantilista. O café foi responsável pela criação dos pré-requisitos para o surgimento do capital industrial e da grande indústria brasileira. A burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial (Mello, 1984).

O surgimento das atividades industriais da cidade de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata em geral está correlacionado com a composição do capital cafeeiro, suas formas de reprodução e seu destino. Giroletti (1988) afirma que a atividade cafeeira dinamizou a economia regional, desencadeando um surto de industrialização e urbanização, colocando Juiz de Fora numa posição de destaque em Minas Gerais na passagem do século XIX para o XX.

De acordo com Pires (1993), o capital envolvido na indústria que surgiu em Juiz de Fora tem suas origens direta ou indiretamente no seu núcleo fundamental, isto é, a própria acumulação de capital cafeeiro realizada no espaço regional. Esse processo resultou na constituição de forças produtivas capitalistas, que se desenvolveram efetivamente a partir do final da década de 1880 e início da década de 1890, quando se verifica o predomínio de médias e grandes empresas, com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão de obra. Nesse momento estabeleceram-se unidades propriamente fabris que vão ter no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente

Dentre as unidades fabris instaladas entre 1880 e 1930 em Juiz de

Fora, tendo seu capital correlacionado com o capital cafeeiro, destaca-se a Fábrica de Tecidos São João Evangelista, situada no Bairro da Floresta, que surgiu a partir da fazenda de café situada ao lado da fábrica de tecidos. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação e desenvolvimento do complexo agroindustrial da Floresta, na cidade de Juiz de Fora (MG), enfatizando como se deu a transferência de capital da fazenda de café para a fábrica de tecidos, bem como o desenvolvimento da atividade industrial.

O trabalho apresenta-se dividido da seguinte forma: além desta introdução, o segundo tópico narra a transferência do capital cafeeiro e o surgimento da indústria têxtil no bairro Floresta. O terceiro tópico fala do desenvolvimento da fábrica de tecidos São João Evangelista durante o século XX e início do século XXI. Na conclusão são apresentadas as considerações finais.

2. O café, a fazenda, o capital e a fábrica têxtil

Saibam quantos este público instrumento de escritura virem que, sendo no ano de mil oitocentos e cinquenta e oito aos vinte e três dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade de Paraibuna, em casa de Antônio Caetano de Oliveira Horta, aonde eu tabelião vim, ali comparecerem perante mim partes havidas e contratadas, a saber, de uma como vendedor e dito Antônio Caetano Oliveira Horta e de outra comprador, Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis [...] e me foi dito por aquele vendedor que entre os mais bens de que era senhor e possuidor se compreendia uma fazenda denominada Retiro, situada no distrito desta cidade, que se compõe de três sesmarias de terra mais ou menos, com casa de vivenda de sobrado, paióis, engenho de café e serra senzala, moinhos e todas as mais benfeitorias e cafezais novos e velhos [...] cujas terras, casas e todas benfeitorias declaradas vendia como vendidas tinha de hoje para sempre ao comprador Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis pela quantia de quarenta contos de reis à vista. (Oliveira, 1956)

Na data de 23 de junho de 1858, tinha início o que mais tarde denominou-se de complexo agroindustrial da Floresta. Juiz de Fora ainda era cidade do Paraibuna e havia sido elevada da Vila àquela condição há apenas dois anos.

Francisco Ribeiro de Assis (05/10/1807), que deu início a esse complexo, sempre esteve ligado à política, sendo vereador em várias legislaturas, demonstrando que o poder político já estava vinculado ao poder econômico. Um século mais tarde, a fazenda mantinha a tradição política, sendo palco de encontro de diversos políticos influentes no Brasil.¹

Em fevereiro de 1863, Francisco se casa em segundas núpcias com Carolina Isabel Campos (34 anos mais nova) e o casal vai morar na sede da fazenda, que então era uma pequena pousada e ficava próximo à antiga estação de trem do Retiro. Os paióis, engenho de café e senzalas ficavam onde hoje é a sede da fazenda. Em razão de frequentes desordens dos escravos e de incêndio no paiol – o lugar ficou conhecido como “Fazenda do Paiol Queimado” – Francisco resolveu transferir a sede para perto das benfeitorias, ponto central da fazenda.

Pouco depois de a cidade ter seu nome mudado de Cidade do Parai-buna para Cidade de Juiz de Fora, em 1865, a fazenda também trocou de nome. De Retiro passou a se chamar Floresta, e o casal transferiu-se para a “Casa-grande”, sede recém-construída.

Francisco dedicou-se integralmente à fazenda, que estava em sua maior parte em matas virgens, aumentando a plantação de café e de cereais. Havia também criação de gado, de porcos e de carneiros, cuja lã era aproveitada pelas escravas. Por volta de 1873, com a morte do marido, a esposa Carolina passa a dirigir a fazenda, surpreendendo a todos ao dar continuidade à prosperidade.

A fazenda da Floresta ilustra bem o quadro geral das fazendas da segunda metade do século XIX, que, segundo Lima (1978, p. 43), “[...] eram unidades auto-suficientes que além do café sempre produziam alimentos para o seu consumo”. E realmente houve época que na fazenda da Floresta só se comprava o sal para o consumo, sendo tudo o mais produzido internamente.

¹ Em sua sede se reuniram Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (primo de João Penido), Olegário Maciel e Getúlio Vargas, quando decidiram desencadear o histórico movimento da revolução de 30. Também ali, em 8 de abril de 1933, se achava hospedado o presidente Olegário Maciel, quando foi visitado pelo chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas. Nessa ocasião, reuniu-se na fazenda a Comissão Executiva do Partido Progressista, tomando-se diversas importantes deliberações políticas. (Procópio Filho, J. 1973)

O café, principal produto da fazenda, podia ser transportado sem muita dificuldade para o Rio de Janeiro, visto que a inauguração da rodovia União Indústria se deu em 1861, menos de três anos após a compra da fazenda. A Rodovia revolucionou o sistema de transporte em Minas Gerais e levou Agassiz e Agassiz (2000, p. 83) a afirmar que a rodovia “oferece todas as possibilidades de transporte às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio”. De igual importância para escoamento da produção cafeeira foi a chegada dos trilhos das ferrovias a Juiz de Fora: ferrovia D. Pedro II, em 1875, e Estrada de Ferro Leopoldina, por volta de 1885.

Ainda que a fazenda seguisse prosperando, 1888 trouxe a abolição e consequentemente grandes transtornos para os fazendeiros. Carolina libertou seus escravos,² muitos dos quais preferiram continuar na floresta, e neste mesmo ano muda-se para a cidade, praticamente abandonando a fazenda, o que acarretou uma significativa queda de produtividade do trabalho e, consequentemente, da produção agrícola.

Dois anos mais tarde, em 1890, João Penido (genro de Carolina) assume a direção da fazenda, encontrando-a em péssima situação: cafezais abandonados, endividada e sem capital para custeio. Muito novo e sem experiência, João Penido passa a gerência da fazenda para seu cunhado, Theodorico, então com 20 anos, que acabara de passar um ano na Europa.

Foi preciso lutar bastante nos primeiros anos. Por serem pequenas as colheitas, por serem velhas e falhadas as lavouras e com uma dívida de R\$ 80.000\$000 (80 contos de réis) cujos juros consumiam as pequenas sobras da produção. Com muita economia e elevação do preço do café – conseguiu-se em 1900 amortizar toda dívida e começar a plantação de novas lavouras. (450.000 pés de café, alguns anos depois). (Oliveira, 1956, p. xx)

Sob sua gerência, a Fazenda da Floresta tomou novo impulso. Theodorico cuidou da lavoura de café e da produção, ainda que em pequena escala, de milho, feijão e forragens. Instalou maquinário moderno (movido a eletricidade) para o preparo do café e iniciou a criação de gado holandês e flamengo, importando da Europa os primeiros reprodutores. Construiu uma capela, uma escola, reformou as casas dos colonos e

² Carolina mandou buscar seu filho Theodorico, então com 15 anos, no colégio, para libertar os escravos.

comprou um sítio vizinho, denominado de “Malacacheta”, aumentando a área da fazenda.

No que se refere à mão de obra dos imigrantes, Oliveira (1975) afirma que em 1888 passaram por Juiz de Fora 7.246 estrangeiros (italianos, portugueses, belgas, alemães, espanhóis) para substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café. Parte dessa mão de obra se dirigiu para a Fazenda da Floresta, principalmente os de descendência italiana.

A produção de café se expandia na fazenda e, segundo Esteves (1915, p. 115-116),

[...] tenho visto na fazenda da Floresta – dos Srs.Cel.Theodorico de Assis e deputado João Penido – cafezais velhos, muito velhos, os quais, entretanto, graças ao trato, são árvores lindíssimas, pujantes, de folhagem verde negro e de remuneradora produção. Quando as vi, as últimas vezes, tinham elas grande carga.

Mais adiante, continua:

Temos aqui mesmo, em nosso município, lavradores que podem servir de significativos modelos [...] o Cel.Theodorico de Assis que na Fazenda da Floresta em um talhão, denominado Pary de 98.818 pés, em 1912 colheu mais de 7.000, em 1913, 10.000 e este ano 12.350 arrobas: em outro talhão – `Ceveiro – com 97.628 pés de 4 a 8 anos colheu este ano 10.00 arrobas.

Theodorico, em 1908, fundou juntamente com o Dr. Luiz de Souza Brandão a Cia. Agrícola de Juiz de Fora.³ Em 1907, Theodorico foi convidado a fazer parte da diretoria da Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Quatro anos mais tarde, sua família seria dona da maioria das ações da companhia e Theodorico permaneceria no cargo por 30 anos.⁴

³ Dr. Luiz de Souza Brandão era médico, industrial, fazendeiro e vereador, tendo permanecido na Câmara Municipal de 1901 a 1922 (Andrade, 1987)

⁴ Havia incompatibilidade política entre os representantes do grupo fundador (Mascarenhas) e o grupo interessado nas ações (Assis-Penido). Esses últimos se fizeram representar por Henrique Burnier, contraparente dos Assis, engenheiro recém-chegado dos Estados Unidos e que trabalhava em São Paulo. Os Mascarenhas acharam que se tratava de empresário americano e somente na hora da transação foi revelada a identidade dos compradores.

Theodorico, desde que assumiu a direção da fazenda, pensou em estabelecer em suas terras uma fábrica de tecidos. Tinha ele a intenção de ocupar a mão de obra feminina (mulheres e filhas dos colonos), mas como não entendia do assunto, foi adiando o projeto. Em 1923, a oportunidade surgiu de duas formas: na figura de seu cunhado e engenheiro Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva e na possibilidade de comprar uma fábrica de cobertores que existia na cidade de Juiz de Fora.

Dr. Frederico veio naquele ano para Juiz de Fora, como superintendente da CME, em substituição ao Dr. Henrique Burnier, que havia falecido. O engenheiro era conhecedor da indústria têxtil, visto que além de ter sido diretor da Cia. Cedro e Cachoeira, em Caetanópolis (MG), fundou e dirigiu por longo tempo uma tecelagem em Alvinópolis (MG). Foi ele quem aconselhou Theodorico sobre a aquisição da fábrica de cobertores.

A Fábrica de Tecidos São João Evangelista (SJE) era, então, uma fábrica de cobertores que existia na atual Avenida Sete de Setembro; o coronel Manoel Lourenço Jorge Júnior, cônsul de Portugal era, em 1923, o proprietário.⁵ Entretanto, segundo Esteves (1915), o fundador da fábrica, que em 1914 produzia “caclesiário e zephires”, contando com 40 operários e situada à Rua Botânica 436, foi o coronel João Evangelista da Silva Gomes, que mais tarde vendeu-a ao cônsul, tendo mantido a propriedade do prédio.⁶

Theodorico comprou a fábrica em 2 de abril de 1923 por 100.000\$000 (cem contos de réis), constituindo a firma individual Theodorico de Assis, que tinha o Dr. Frederico (cunhado) como responsável-técnico (Realidade..., 1972)

A fábrica produzia, além de cobertor, toalha, colcha, e guardanapo, sendo que o acabamento dos dois últimos produtos não era feito na própria fábrica.⁷ A compra de fios de algodão era significativa, demons-

⁵ Essa versão foi extraída do jornal *Diário Mercantil* (novembro de 1972). Existe outra versão contada por Júlio Álvares de Assis: Oscar Rodrigues seria dono da fábrica e, em dificuldades, teria pedido dinheiro emprestado ao amigo Theodorico. O coronel Theodorico não emprestando, Oscar pergunta se ele compraria a fábrica, e ele compra.

⁶ O pagamento de aluguel à viúva do coronel Theodorico aparece no livro *Diário*.

⁷ O pagamento do acabamento das colchas e guardanapos aparecia no livro *Diário*.

trando que não havia um setor de fiação. Entretanto, devido à existência de atividades de alvejaria, pressupõe-se que se comprava o fio cru.⁸

De acordo com arquivos da SJE (1924), a fábrica passou por uma grande reorganização, visto que vários foram os gastos: instalações (cimento, cal, pedras, tijolos, areia, madeira, arame); consertos de máquinas (peças, pentes e esferas para tear, corda de juta para espuladeira); mudança da instalação elétrica; aquisição de novos materiais (balança de 200 quilos, balde graduado, tesouras, máquina de esmeril, máquina de escrever); construção de tanque entre outros. Além disso, Theodorico modifica o tear para toalhas felpudas e realiza o registro telegráfico da firma.

Na primeira metade de 1924, terminam as obras físicas na fábrica; entretanto, continuam os investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e na manutenção e reforma de máquinas, serviços esses feitos, na maioria das vezes, por funcionários da CME. Em 1º de julho de 1924, a firma individual “Theodorico de Assis” se transforma em “Assis e Cia. Ltda.” com capital constituído conforme o Quadro 1.

SÓCIOS	CAPITAL
Theodorico R. de Assis	330:000\$000
João Nogueira Penido*	150:000\$000
João Ribeiro Vilaça**	120:000\$000
Total	600:000\$000

Fonte: FTSJE (1924).

* Cunhado de Theodorico. Político.

** Marido da sobrinha de Theodorico. Médico.

De acordo com Stein (1979, p. 119),

[...] de 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros equipamentos acessórios. Após 1925, ano em que os preços do café atingiram o seu auge, as importações de máquinas têxteis começaram a declinar. No período 1922-1927, ingressou no país um volume de máquinas têxteis – medidas pelo seu peso – quase três vezes maior que nos sete anos anteriores. O pagamento foi facilitado, após 1923, pelas indústrias de máquinas da Inglaterra e de outros países que

⁸ Supôs-se a existência de alvejaria pelas compras de produtos químicos e sabão básico para alvejaria.

aceitaram parcelá-lo em prestações, tornando-se possível erguer uma fábrica de tecidos com pequeno e às vezes pequeníssimo dispêndio de capital.

Theodorico, provavelmente aproveitando-se da situação favorável para aquisição de máquinas têxteis, encomenda, em 1925, da Inglaterra, máquina para fiação e máquina de escovar e decatir. As importações de peças e máquinas foram realizadas em sua maioria através da firma “Glossop e Cia.”.

Em março do mesmo ano fez-se o “reconhecimento de firma” da planta do novo prédio da fábrica, próximo à Fazenda da Floresta. O gasto com as obras físicas de construção do novo prédio foi feito com dinheiro proveniente da fazenda, ou seja, do café, demonstrando que os altos lucros da atividade cafeeira permitiam a transferência de excedentes para a indústria.

Em junho, a máquina de fiação começa a ser montada por um técnico inglês e são contratados aprendizes para a fiação; no final do ano iniciam-se as compras de algodão para a fiação. Em novembro de 1925, a fábrica é transferida para o novo prédio na Floresta (SJE, 1925).

A partir de então se inicia uma fase – que durou décadas – de significativo assistencialismo aos operários, o que provavelmente explica a não ocorrência de greves durante esses anos. Diferente foi o período que a fábrica funcionava na cidade, pois de 1920 a 1924, os trabalhadores entraram em greve por três vezes (Dutra, 1988).

Na greve de 1920, aderiram os trabalhadores das fábricas de tecidos e estabelecimentos industriais, reivindicando jornada de 8 horas, pagamento de 50% de horas extras e pagamento dos dias parados.⁹ Em 1923, a paralisação dos operários da SJE se deu em protesto pela dispensa de um mestre de obras. (Dutra, 1988). Em 1924, os operários da fábrica aderiram, no terceiro dia, à greve que se pretendeu geral e chegou a mobilizar 8 mil operários na cidade. Porém, retornam ao trabalho quatro dias depois. Nesse episódio, Frederico Álvares da Silva participou de reuniões de industriais na tentativa de solucionar o problema.

Em 1926, a empresa participou de uma exposição industrial e agrícola em Juiz de Fora, na qual recebeu o diploma e inclusive medalha de ouro, demonstrando a boa qualidade dos produtos fabricados (SJE, 1926).

⁹ Supôs-se a participação dos operários da SJE.

A partir de 1927, Theodorico Alvares de Assis – filho de Theodorico –, que acabava de retornar da Europa, onde frequentou *The College of Technology*, na Universidade de Vitória, em Manchester, passa a dirigir a fábrica, substituindo o coronel Frederico, o qual continuou a influenciar diretamente o rumo dos negócios.¹⁰

Através do relatório apresentado por Theodorico aos sócios em fins de 1927, identificou-se que nesse ano o número de operários era de 80 (o dobro de 1915), e eram 20 os teares, que produziam 34.439 colchas, 38.447 cobertores e 14.488 metros de tecidos diversos. A fiação produzia 45.204 quilos de fios (SJE, 1927). O setor de vendas da fábrica funcionava baseado em representantes comissionados que vendiam a produção para várias partes do país.

Segundo Stein (1979, p.123) “os vinte e cinco anos de prosperidade da indústria têxtil no Brasil começaram a se esgotar em 1926, quando surgiram no país os primeiros indícios da grande depressão de 1929, sobretudo o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução”. A situação nacional foi acompanhada pela indústria local, pois, segundo Theodorico (SJE, 1927, p. xx),

[...] o primeiro semestre de 1927 se caracterizou por venda de mercadorias a preços bem satisfatórios; no segundo semestre houve pouca procura, baixa considerável nos preços, apesar da grande alta de nossa matéria prima (algodão, resíduos de algodão e todo o fio de urdimento).

Assim, a partir de 1927, ressentindo-se da depressão mundial, as vendas começaram a cair e a pressionar a rentabilidade da fábrica que no ano de 1930 apresentou prejuízo em seu balanço. Em 1932, há uma nova alteração na forma de organização da empresa e a firma Assis e Cia. Ltda. se transforma em S.A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista, ainda que as ações tenham permanecido nas mãos do mesmo grupo.

3. A Fábrica de Tecidos São João Evangelista

Em 14 de abril de 1932 foi realizada a assembleia preparatória da “So-

¹⁰ Daqui pra frente “Theodorico” é sempre o filho e “coronel Theodorico” o pai.

cidade Anônima Fábrica de Tecidos São João Evangelistas”. No dia 19 do mesmo mês, realizou-se a assembleia geral para constituição definitiva da sociedade. Nessa assembleia, que, como a primeira, foi realizada na casa do coronel Theodorico, foi apresentada a avaliação dos bens da firma “Assis e Cia. Ltda.”, pois a nova sociedade foi constituída com o patrimônio desta. O capital inicial da SJE foi de R\$ 700:000\$000, dividido conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Capital inicial da SJE		
ACIONISTAS	CAPITAL	AÇÕES
Cel. Theodorico Ribeiro de Assis	382:800\$000	1914
Dr. João Nogueira Penido	174.000\$000	870
Dr. João Ribeiro Villaça	139:000\$000	696
Outros*	4:000\$000	20

Fonte: SJE (1932).

* Quatro filhos de João Villaça, sete filhos e uma nora do coronel Theodorico de Assis.

Em seu primeiro estatuto, a sociedade definiu como objeto a fiação e a tecelagem de resíduos de algodão e atividades conexas, bem como o comércio desses produtos. O prazo de duração da sociedade foi definido em 30 anos, podendo ser prorrogado.

A administração ficaria a cargo de uma diretoria composta de dois membros, um diretor presidente e um diretor gerente, que deveriam caucionar a responsabilidade da gestão, com 50 ações cada um; e um conselho fiscal composto de três fiscais e três suplentes¹¹ (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro Administrativo da SJ E 1932 – 1932	
DIRETOR PRESIDENTE	João Ribeiro Villaça
DIRETOR GERENTE	Theodorico Álvares de Assis
CONSELHO FISCAL	Cel. Theodorico Ribeiro de Assis
	João Nogueira Penido
	Frederico Álvares de Assis
SUPLENTES	Francisco Álvares de Assis
	Júlio Álvares de Assis
	Albino Machado

Fonte: SJE (1932).

¹¹ Diretorias e Conselhos de períodos posteriores no Anexo 1 (A, B, C e D).

A partir de 1932, a diretoria recém-constituída dá um grande impulso à produção, através da aquisição de novas máquinas, equipamentos e um caminhão. Constrói uma garagem, um depósito para matéria-prima e um prédio específico para a seção de algodão hidrófilo. Abre um escritório na cidade do Rio de Janeiro e monta um posto de gasolina ao lado da fábrica, na Floresta. A empresa participa de concorrências e vende estopa para o Governo Federal, através do escritório do Rio.

Ainda que a SJE (1932, 1933) tenha apresentado lucro em 1932, é em 1933 que distribui os primeiros dividendos (Anexo 2). Em fins de setembro de 1933, a diretoria decide por instalar na fábrica um setor de estampanaria. Com esta finalidade, Theodorico faz diversas viagens ao Rio de Janeiro e São Paulo e contrata o técnico inglês, Chatwood, para ser o responsável pelo novo setor. Para a estampanaria, além da máquina para estampar, que foi importada, foram compradas outras novas e usadas, adquirindo estas últimas da Fábrica Maria Zélia de São Paulo.¹² Entre as novas máquinas, foram adquiridos: esticadeira, máquinas de medir e dobrar, autoclave e um aquecedor para caldeira; além de ser construído um tanque.

Nesse mesmo período, a SJE arrendou a Fábrica de Tecidos Portella Ltda., situada em Entre Rios (atual Três Rios, no Rio de Janeiro), com a intenção de produzir pano para ser estampado na estampanaria recém-montada em Juiz de Fora, a título de experiência. O arrendamento durou pouco tempo, mas a estampanaria continuou suas atividades adquirindo a matéria-prima (pano) de outras fábricas do Estado de Minas Gerais.

Com a montagem da estampanaria e a contratação de mais mão de obra, foram construídas casas operárias próximas à fábrica, que se juntaram às que já haviam sido construídas por ocasião da mudança da fábrica para a Floresta, sendo constituídas as vilas-operárias.

Em 1934, verifica-se o primeiro aumento de capital da SJE para fazer face à instalação dos novos maquinários e da moderna estampanaria (Anexo 3). Nesse mesmo ano, a empresa participa de exposições, feiras

¹² No ano de 1924, a Fábrica e a Vila Maria Zélia foram vendidas, ficando em mãos da família Scarpa até 1928. É então rebatizada como Vila Scarpa. Em 1929, como pagamento das hipotecas vencidas, o grupo Guinle toma posse da Vila, restituindo-lhe o antigo nome. A fábrica foi desativada em 1931.

e faz propaganda,¹³ compra outro caminhão, um carro, telefones internos e móveis para o escritório do Rio, o qual, devido ao intenso movimento, contrata novos funcionários.

Apesar da fase de expansão da empresa, a produção do setor de estamparia não correspondia às previsões realizadas. Ainda que não se verificasse prejuízo, os insignificantes lucros obtidos não compensavam os recursos necessários para movimentar a seção. Essa situação era consequência da dificuldade de se adquirir o pano cru no mercado interno adiante da política governamental que proibia a importação de máquinas de fiação e tecelagem.

Através do decreto de 7 de março de 1931, o Governo Federal restringiu por seis anos a importação de máquinas para indústrias cuja produção “fosse considerada excessiva pelo Governo” (Stein, 1979, p. 145). Em 13 de maio do mesmo ano, a indústria têxtil de algodão foi declarada em estado de “superprodução”. Dessa forma, somente era permitido à indústria têxtil nacional importar máquinas novas e peças sobressalentes para reposição de equipamentos e instalações obsoletos ou desgastados.

A questão da “superprodução” do setor foi encarada como polêmica nos anos 30. De um lado havia os defensores da superprodução do setor e de outro os que afirmavam que essa não passava de um artifício dos grandes industriais de São Paulo no intuito de garantirem para si o privilégio de abastecerem o mercado interno, ou seja, o monopólio da produção de tecidos. Essa última hipótese parece ser a mais verdadeira, pois foi entregue ao presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1938, um relatório que chamava a atenção para a “precariedade científica, da superprodução, que os industriais têxteis de algodão alegavam”. Segundo esse relatório, não havia superprodução, mas talvez um saturamento de certos mercados de tecidos, particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o fim das restrições só aconteceu com a expiração do decreto em 31 de março de 1937 (Stein, 1979)

Em junho de 1937, inicia-se a construção do prédio da nova fábrica e realiza-se uma pesquisa de mercado para aquisição das máquinas. Tomando conhecimento desse interesse, um representante da indústria de

¹³ Participa da Feira de Amostras no Rio de Janeiro e Exposição em Uberaba. Anuncia nos jornais: *Gazeta Comercial* e *Estado de São Paulo*; nas revistas: *Universitária* e *Vida Doméstica* (SJE, 1934).

máquinas têxteis americana (*Saco-Lowell Shops*) que se dirigia a Buenos Aires modifica sua rota e, no Rio de Janeiro, mostra aos dirigentes da SJE a qualidade de suas máquinas.

Theodorico então viaja para os Estados Unidos a fim de ver as máquinas de perto. Primeiramente, viu-as funcionando nas grandes fábricas têxteis de Atlanta (Geórgia) e depois foi até a sede da *Saco-Lowell* em Boston (Massachussets). Convencido da boa qualidade das máquinas e com o aval do pai (coronel Theodorico) decide importar toda a fiação dos Estados Unidos. A tecelagem também foi importada, só que da Inglaterra (SJE, 1937).

A importação de máquinas em 1937 se encaixa no quadro nacional, pois, após a suspensão das restrições às importações, o volume de máquinas têxteis importadas, cujas encomendas se acumularam durante os seis anos anteriores, quase alcançou os níveis máximos de 1924 e 1926.¹⁴ A Inglaterra e a Alemanha forneceram a maior parte dos equipamentos às empresas nacionais; bem abaixo, em terceiro e quarto lugar, vinham a Suíça e um fornecedor relativamente novo, os Estados Unidos. A aquisição da fiação americana, ainda que em desacordo com a maioria das opiniões de vários industriais, demonstra a “ousadia” dos dirigentes da SJE (Stein, 1979).

A fiação custou 80.000 libras, e a tecelagem 8.000, não incluídos os direitos de importação e gastos de instalação. Fiação americana e tecelagem inglesa, ou seja, dos batedores aos teares, passando pelas cardas, passadores, maçaroqueiras, filatórios, espuladeiras, bobinadeiras e urdiadeiras, comprou-se uma fábrica completa e totalmente nova instalando-a de acordo com um *layout* modelo.

Quando em 1938 chegaram as máquinas, houve um intenso movimento. De uma só vez chegaram 250 teares e 5 mil fusos. O número de operários, que girava em torno de 300, dobrou. Às vilas que tinham 147 casas se juntaram mais 108 que estavam sendo construídas.

A inauguração da “Fábrica Nova” se deu a 10 de julho de 1938 com uma grande festa, fazendo jus ao tamanho do empreendimento. No discurso de inauguração, Teodorico agradeceu aos amigos e banqueiros

¹⁴ Em 1937, foram importados 8.646.908 quilos, e no ano seguinte, 11.137.000 quilos.

nacionais que facilitaram as operações de crédito necessárias à realização do investimento.¹⁵

Entretanto, mesmo depois de expirado o decreto que proibia a importação de máquinas, as dificuldades da indústria têxtil nacional prosseguiram. A questão da “superprodução” e sua superação continuaram causando polêmica. Em janeiro de 1939, foi eleito como prioridade o favorecimento das exportações, na intenção de se obter um consenso mais amplo entre os industriais brasileiros. Alguns desses referiram-se às exportações como “a principal medida” para debelar a “crise”; outros falavam da “conquista de novos mercados”; todos, enfim, apelaram ao governo federal para que facilitasse as vendas ao exterior (Stein, 1979).

Com a deflagração da Segunda Grande Guerra, em 1939, tornou-se ociosa a controvérsia sobre superprodução ou subconsumo, pois tudo o que não se conseguia vender, aos preços vigentes, no mercado interno passou a ser embarcado com destino aos países beligerantes. Mas as dificuldades da indústria têxtil não desapareceram de imediato, pois os efeitos provocados pela guerra só se fizeram sentir plenamente dois anos depois, quando os produtores têxteis europeus e japoneses desapareceram do mercado mundial. A indústria têxtil de algodão do Brasil ingressou, então, num período de grande prosperidade (Stein, 1979).

Acompanhando a indústria nacional como um todo, a SJE entrou também numa fase de grande prosperidade. Vendendo para o Brasil inteiro e, com a guerra, para o mercado internacional, a fábrica teve lucros extraordinários e distribuiu dividendos significativos (Anexo 2).

Em maio de 1942, um engenheiro da *Saco-Lowell* visita a SJE e, em junho, a fábrica recebe carta da empresa americana elogiando as condições (reportadas pelo engenheiro) das máquinas de fiação e afirmando ser motivo de orgulho a venda mensal de mais de 800 mil metros de tecidos além de 15 mil quilos de fios.

Em 1944, os industriais de têxteis brasileiros são chamados a abastecer a *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*¹⁶ (UNRRA) e o *Conseil Français d'Approvisionnement* com um total de 137.100.000 me-

¹⁵ Crédito não deve ter sido empecilho para o investimento, visto que o grupo Assis-Penido-Villaça possuía grande prestígio na cidade.

¹⁶ Agência internacional de ajuda, dominada pelos Estados Unidos, mas representando 44 nações. Fundada em 1943, tornou-se parte das Nações Unidas em 1945 e encerrou suas operações em 1947.

tros de tecidos. A SJE contribuiu enviando algumas centenas de metros de tecido para a UNRRA.

Observando-se o volume e o valor da produção de tecidos de 1940 a 1945 no Brasil, verifica-se que os fabricantes de tecidos tinham boas razões para se sentirem satisfeitos. A produção, que era de 840.168.000 metros em 1940, atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois. Em 1945, as indústrias brasileiras continuaram produzindo mais de um bilhão de metros. O crescimento das exportações foi ainda mais espetacular que o da produção total em metros. Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores (Stein, 1979).

Em 1943, o país exportou mais do que o triplo que em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul. Esses dois países absorveram mais de 50% dos tecidos exportados pelo Brasil entre 1941 e 1945, tendo a África absorvido mais de 50% das exportações da SJE (Assis, 1993).

Os altos lucros da SJE durante a guerra possibilitaram a realização de dois empreendimentos a partir de seu capital (casa bancária e empresa aérea), ainda que ambos não tenham obtido sucesso, a fábrica em si continuava prosperando.

Em 4 de outubro de 1943, foi fundada na cidade de Juiz de Fora a “Casa Bancária Fortini, Repetto e Cia. Ltda.”, que um ano depois se transformou em Sociedade Anônima, com a denominação de “Casa Bancária Financeira de Minas S.A.”.¹⁷ Esse empreendimento contou com significativa participação acionária da família Assis através da SJE. Ricardo Fortini Filho e Roberto Repetto dirigiram o banco até 1960. Irresponsabilidades administrativas acarretaram prejuízos, os quais foram arcados pela SJE, na pessoa de Theodorico Álvares de Assis. Em 1960, o banco foi vendido para o empresário Moreira Salles (SJE, 1943).

Outro empreendimento realizado com o capital da SJE foi a constituição de uma empresa aérea com sede em São Paulo, aproveitando-se da grande oferta de aviões, a baixos preços, pelos países recém-saídos da guerra. A NATAL (Navegações Aéreas Theodorico de Assis Ltda.) foi criada em 3 de outubro de 1946 com capital de Cr\$ 5.000.000,00 dividido em 25.000 ações. A empresa possuía uma frota de quatro aviões

¹⁷ A Casa Bancária ficou conhecida como Banco da Cidade de Juiz de Fora.

“Douglas C-47” e linhas para Rio de Janeiro/São Paulo e depois São Paulo/Campo Grande e cidades do interior paulista. O Dr. Cyro Novaes Armando, piloto chefe (ex-piloto da Vasp),¹⁸ era o único acionista da empresa, que não pertencia ao grupo proprietário da SJE. Três anos mais tarde, a empresa aérea foi vendida em consequência de problemas administrativos (SJE, 1946).

A expansão extraordinária das exportações e dos lucros das fábricas de tecidos e algodão e o aumento incessante dos preços levaram o governo federal a se preocupar com a situação dos consumidores brasileiros. A escassez e o encarecimento dos tecidos de algodão disponíveis para o mercado interno pesaram na decisão tomada pela Comissão Executiva Têxtil (CETex) de suspender as exportações por noventa dias, a partir de 1º de março de 1946. A suspensão foi prorrogada por mais dois períodos até o final daquele ano. Esse decreto encerrou os tempos de euforia do ciclo exportador para muitos fabricantes de tecidos, trazendo novamente para a ordem do dia o velho tema da superprodução e da crise (Stein, 1979).

A empresa SJE não foi inicialmente afetada com a ordem da CETex, pois segundo relatório dos acionistas, o ano de 1946 transcorreu sem percalços e, apesar da proibição das exportações, não houve diminuição de vendas, por estarem os produtos “muito acreditados”, no mercado interno. As matérias-primas acusaram alta sensível de preço e alguma escassez na aquisição, mas graças às diligências da fábrica, a produção manteve-se boa e semelhante à dos anos anteriores.

Em 1947, segundo relatório apresentado no fim do exercício, a crise atinge a fábrica.

Tivemos em 47, três períodos distintos no andamento de nossos negócios. O primeiro que abrange o primeiro quadrimestre e que se caracterizou por grande animação por parte dos compradores, tendo os preços dos tecidos atingido o máximo até então registrado em nossos livros. O segundo corresponde ao segundo quadrimestre observando-se fenômeno totalmente diverso ao primeiro: paralisação total nas compras, com o agravante do grande número de pedidos já registrados serem cancelados pelos compradores, o que contribuiu de modo assustador para a formação do grande “stock” verificado

18 Dr. Cyro foi quem sugeriu o empreendimento por ser muito amigo do Dr. Júlio Álvares de Assis.

em 30 de agosto de 47. Nesta época as perspectivas eram deveras sombrias para toda a indústria brasileira. Felizmente entrou o terceiro período, abrangendo os quatro meses seguintes, que veio aliviar a grande tensão, então, existente. (SJE, 1947)

Com o fim da guerra, os industriais têxteis brasileiros se depararam com uma realidade nada favorável. Os principais fornecedores dos mercados que o Brasil passou a abastecer a partir de 1939 preparavam-se para retomá-los. As máquinas e equipamentos da indústria têxtil brasileira encontravam-se desgastadas e conseqüentemente seus produtos estavam perdendo qualidade e seus preços se elevando. Era preciso reaparelhar a indústria, mas já em 1945, tanto os Estados Unidos como a Inglaterra comunicaram que só iriam exportar equipamentos têxteis “antigos e desgastados”, pois estavam reaparelhando suas próprias fábricas com a intenção de recuperar seus antigos mercados (Stein, 1979).

Quando se tornou possível importar máquinas novas, outro problema se apresentou aos industriais brasileiros: não havia recursos para reequipar a indústria. A carência de recursos se devia aos exorbitantes dividendos e bônus distribuídos durante a guerra (Tabela 1), o que teria impossibilitado a realização de uma reserva para este fim. (Stein, 1979).

Para Stein (1979), a indústria têxtil nacional entrou na década de 1950 atrasada tecnicamente devido à “estagnação do progresso técnico” na área dos equipamentos e à “ausência de progresso das técnicas de administração das empresas”.

Durante a década de 1950, a SJE realizou significativos investimentos em maquinários, ainda que mais tarde esses tenham se mostrado insuficientes. Modernizou os teares através da automatização de troca de espulas, o que possibilitou que uma tecelã que “tocava” quatro teares, passasse a “tocar” doze. Modernizou também os batedores e as cardas e adquiriu: paradores automáticos para o urdume, uma máquina de abrir e bater varreduras, uma máquina “Dronsfield” para colocar tops nos flats, uma chamuscadeira, uma máquina para emendar fios de urdume, uma máquina operatriz, um estripador a vácuo, uma engomadeira, uma caldeira automática, uma carda abridora, uma autoclave, uma penteadeira entre outras. Também no início da década, a fim de melhorar o fator força, foram importados vários materiais elétricos da General Electric S. A.

Tabela 1 – Razão dos dividendos e bônus do capital – Indústrias têxteis – Brasil, 1943

FÁBRICA	CAPITAL (CONTOS)	DIVIDENDOS E BÔNUS (CONTOS)	RAZÃO (%)
São Pedro de Alcântara	6.600	3.060	60
São João Evangelista	9.000	4.050	45
Cotonifício Gávea	5.000	1.800	36
Industrial Campista	6.000	2.100	35
Confiança Industrial	9.000	3.150	35
Corcovado	15.000	4.125	27,5
Esperança	10.000	2.550	25,5
Maria Cândida	4.500	1.125	25
Brazil Industrial	15.000	3.525	23,5
América Fabril	48.000	10.560	22
Nacional de Estamparia	50.000	10.000	20
Industrial Mineira	20.000	4.000	20
Cedro e Cachoeira	18.000	3.600	20
Deodoro Industrial	12.000	2.400	20
Industrial Itauense	9.000	1.800	20
Petropolitana	11.900	2.352	19,7
Progresso Industrial	40.500	7.290	18
Nova América	40.000	7.200	18
Cometa	5.400	648	12

Fonte: Stein (1979, p. xx).

Havia também na fábrica uma série de outras máquinas que precisavam ser substituídas devido à defasagem tecnológica, mas não o foram, nem na década de 1950 nem na de 1960, por falta de recursos ou por essa medida não ter sido priorizada pela administração. A fábrica funcionava com uma estrutura administrativa familiar, distribuía elevados dividendos e mantinha conselhos (fiscal, administrativo e consultivo) que na prática não tinham qualquer função, mas que remunerava bem os seus membros. Dessa forma, recursos que poderiam ser investidos em maquinário eram desviados para manter essa estrutura. A fábrica era a “grande mãe mantenedora” dos acionistas que eram do mesmo grupo da época de sua fundação.

Na década de 1970 iniciaram-se as crises na SJE. A Companhia Mineira de Eletricidade (CME), empresa do mesmo grupo da SJE, que tinha como presidente Theodorico Álvares de Assis,¹⁹ ajudou financeiramente

¹⁹ A Companhia Mineira de Eletricidade, inaugurada em 1888, teve como seu primeiro

ramente a fábrica através de um sistema que permitia a esta conseguir recursos a custos baixos. O sistema consistia numa troca de “favores” que se dava da seguinte forma: a CME fazia um grande depósito em dinheiro num determinado banco e este, em troca da captação de recursos, emprestava o dinheiro ou descontava títulos a juros bem abaixo do mercado para a SJE. Dessa forma, a fábrica conseguiu manter-se sem prejuízos contábeis até o final dos anos 1970 (SJE, 1976).

No final da década de 1970, ainda houve algum investimento em maquinário quando foram comprados: uma máquina de estampar “Stork”, cem teares “Howa”, uma autoclave para estamperia, entre outros. Esses investimentos, ainda que necessários, podem ter agravado o baixo nível de capital de giro verificado na empresa nesse período.

Com a venda da CME para a Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (CEMIG), a fábrica perdeu a “boa-irmã” que vinha lhe auxiliando financeiramente e enfrentou, no início dos anos 1980, uma grave crise, num momento em que a economia nacional passava por um período recessivo.

Fundamentada numa arcaica estrutura familiar, a fábrica, ao entrar em crise suscitou brigas na família, gerando um clima de desconfiança entre os acionistas e a diretoria, que eram membros da mesma família. Como medida de emergência, em 1981, o setor de cobertores foi desativado, o qual era deficitário e estava com maquinário defasado tecnicamente. Além disso, foram vendidos terrenos e imóveis de propriedade da SJE, bem como se iniciou a venda das casas que pertenciam à fábrica e formavam a vila-operária (SJE, 1981).

Como a situação não melhorava e as discussões entre familiares se agravavam, optou-se por vender a fábrica. Com maquinário bastante defasado tecnicamente, nenhum dos poucos interessados (Aristides Rache, da Fábrica São José, em Barbacena, e Ivan Botelho, da Fábrica Cataguases-Leopoldina, entre outros) efetuou a compra. Em dezembro de 1981, a fábrica foi finalmente vendida. Com o novo proprietário, a SJE se recuperou e começou a escrever um novo capítulo de sua história (SJE, 1981).

administrador Bernardo Mascarenhas. Em 1911, o controle acionário passa para o grupo Assis-Penido, o qual tinha como sua figura principal o Coronel Teodorico de Assis.

Uma nova fase se inicia na SJE com a compra da maioria das ações pelo já sócio, Eduardo Pinheiro de Assis, neto do fundador da fábrica, o qual passa a deter 96,96% das ações e apenas 3% das ações ficam em posse de alguns membros da família.

Eduardo, cujo capital foi acumulado no setor de lanchonetes em Campinas (SP), tinha intenção de comprar a Fazenda da Floresta, mas na impossibilidade de adquiri-la, já que outro membro da família, Mário de Assis Ribeiro de Oliveira, havia decidido pela compra antes, optou pela aquisição da fábrica, em dezembro de 1981.

A situação da fábrica no início de 1982 era bastante desfavorável, e um ano mais tarde, com a continuidade da crise nacional, a situação piorou. Eduardo pensa em desfazer-se do negócio. Alguns compradores inicialmente interessados em adquirir a fábrica visitam-na, mas a venda não é concretizada. Eduardo toma então a decisão de não vender a fábrica. Ou a empresa sairia da crise ou fecharia.

Apesar de ser da família, Eduardo tinha outra visão do negócio. Acabou com a distorcida estrutura administrativa mantendo apenas a diretoria constituída por dois membros: ele próprio e o irmão, José Carlos Pinheiro de Assis, que já trabalhava na fábrica há quatro anos. Demitiu mais de 300 funcionários, mantendo apenas o mínimo necessário para a fábrica não parar. A produção, em 1983, caiu de 700 mil metros para, aproximadamente 80 mil metros de tecidos (SJE, 1983).

Para pagar as contas (fornecedores e impostos) que se atrasaram em função da crise, em 1983, foi vendida uma das máquinas mais novas e de maior valor: a máquina de estampar “Stork”, e os trabalhos de estamperia continuaram com a antiga máquina.

Nesse mesmo ano foram quebrados propositalmente, a mando da diretoria, os teares “Dicksons”, que vieram da Inglaterra para a “Fábrica Nova”. Quebrados e vendidos ao ferro-velho, possibilitaram o pagamento ao pessoal do décimo terceiro salário, que estava atrasado.

Apesar de estar com maquinário totalmente defasado – a fiação ainda era feita nas *Saco-Lowell* de 1938 – a fábrica já sem dívidas volta a respirar. Eduardo compra, dois anos mais tarde (1985), uma máquina de estampar igual à que tinha sido vendida em 1983, sendo que no período de dez anos (1983-1993) todas as máquinas foram substituídas e nenhuma foi aproveitada: tudo virou sucata.

A partir de 1986, numa situação bem mais favorável, a SJE começa

a investir novamente, reestruturando os prédios e comprando novas máquinas. Importou do Japão duas bobinadeiras Murata e da Suíça uma máquina para gravação de cilindro. Além dessas comprou: chamuscadeira, rama, mercerizadeira, lavadeira, calandra. Ainda nesse ano foram feitos planos de se montar uma tecelagem a jatos de ar (Assis, 1993).

Em 1993, a SJE empregava uma média de 323 funcionários, 13 mil fusos e 210 teares, produzindo anualmente 5 milhões de metros de tecido (morim e principalmente “Florestine” – popeline estampada) e 250 toneladas de algodão hidrófilo “Farol”. A produção era vendida por representantes, para todo o Brasil, ainda que as vendas se concentrassem em São Paulo.

A matéria-prima utilizada para a fabricação dos tecidos era o algodão em pluma, cujo consumo anual girava em torno de 900 toneladas. O algodão era normalmente adquirido das plantações de São Paulo e Paraná, entretanto, no início de 1993, com a falta desse no mercado interno, foi necessário importar algodão da Turquia e da Grécia. A matéria-prima usada para o algodão hidrófilo, o stripp de penteadeira (resíduo do algodão), era adquirido em sua maioria de fábricas têxteis mineiras, sendo o consumo anual em torno de 280 toneladas.

A SJE ainda mantinha no início dos anos 1990 a escola, o posto médico-dentário e o armazém. A mão de obra, em sua maioria, residia na Floresta, ainda que as “Vilas-Operárias” não pertencessem mais à fábrica. A mudança na relação entre patrão e operários se ilustra com a ocorrência de três greves por aumentos salariais associadas aos trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora durante os anos de 1983 a 1993; apenas uma foi exclusiva da SJE.²⁰

A partir da década de 1990, como várias outras fábricas têxteis, a SJE enfrentou retração das vendas em função da abertura do mercado nacional, que “liberou” as alíquotas de importação facilitando a entrada de tecidos *made in* Taiwan, Coreia, Singapura e China. Devido à entrada dos produtos do leste asiático, a SJE buscou fazer produtos mais elabo-

²⁰ A greve exclusiva da SJE ocorreu em função de um erro do banco que recolhia o PIS dos operários. Até que se provasse aos operários que o erro era do banco e não da fábrica, esses se manifestaram em forma de greve. As outras greves do período estiveram ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias de Fiação e Tecelagem que reivindicava aumentos de salário. A partir desse ano ocorreu apenas uma ameaça de greve, mas que com simples conversa chegou a um acordo.

rados e investir na diversificação da produção. Como consequência, alterou-se a escala de produção, produzindo-se maior diversidade de artigos, cada um deles em menor quantidade. Os custos também tiveram que ser “enxugados” para que a fábrica tivesse condições de competir no mercado. Além disso, procurou-se investir em equipamentos mais modernos e começou-se a se preocupar com as tendências da moda.

O esforço empresarial se fez sentir não só com o trabalho, mas também com o reconhecimento. Nesse sentido, a SJE foi uma das homenageadas, no ano de 1993, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com a comenda “Américo Renê Giannetti”, em função de ser uma empresa fundada nos anos 1920 que, “em atividade ininterrupta se conserva como exemplo notável do esforço e visão empresarial” demonstrando a “capacidade da livre iniciativa em criar a riqueza social” (FIEMG, 1993).

Em 1994, com o Plano Real e a consequente estabilização da moeda, as condições do mercado interno se modificaram. Apesar da valorização da moeda ter criado dificuldades para as empresas exportadoras, para a SJE, que não mantinha relações de venda com o mercado externo, as consequências foram muito boas, pois, segundo Assis (2010), “chegou a faltar produtos para venda”.

Ainda em 1994, reformou-se²¹ uma área da fábrica para receber 20 teares suíços (Sulzer). No ano seguinte, 48 teares foram adquiridos para a montagem da área dos teares Ribeiro.²² Em 2000, a SJE realiza a compra de 21 teares Picanol (importados da Bélgica), uma urdideira seccional e uma urdideira direta, mais três turbos para tingimento, que daquele ano em diante seriam usados para a produção de tecidos de fio tinto xadrez.

No início de 2003, a fábrica adapta primeiramente um tear Ribeiro para o início da produção de toalhas, e aos poucos, de quatro em quatro, os teares foram sendo modificados. Em 2004, a fábrica possuía 42 teares produzindo toalhas. Ainda em 2004, a fábrica abre uma “lojinha” – como ficou conhecida – para a venda de varejo para a região.²³ É nesse ano

²¹ 90% dos investimentos são feitos com recursos próprios e o restante com recursos do BNDES.

²² Assim conhecidos por serem adquiridos da empresa Ribeiro S. A.

²³ Os produtos colocados à venda eram, inicialmente, os que estavam estocados na fábrica (podendo apresentar algum defeito ou não). A partir de 2006, a fábrica começa a produzir de acordo com a demanda da loja.

que a SJE se desfaz da responsabilidade da escola.²⁴ Dois anos depois (2006) há a construção da estação de tratamento biológico, que, através do tratamento de efluentes, permite devolver a água tratada aos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraibuna.

Com a crise de 2008 e a consequente valorização do dólar (nos primeiros meses da crise), as vendas melhoraram muito, mas após alguns meses, com a desvalorização da moeda americana, as vendas voltaram a cair. Nesse ano, o então diretor e irmão de Eduardo, José Carlos Pinheiro de Assis, sai da fábrica, entrando em seu lugar dois novos diretores: Inácio Carvalho de Assis (diretor administrativo) e Rogério Friaça Rocha Cardoso (diretor comercial), sendo Inácio primo de Eduardo.

Ainda em 2008 a fábrica adquire mais 12 teares Sulzer. No ano seguinte há um investimento em três cardas Truxila para a melhoria na qualidade do algodão hidrófilo e para a produção de hastes flexíveis da marca Farol.

Em setembro de 2010, a fábrica emprega 417 funcionários (Quadro 1), 9.880 fusos e 101 teares, produzindo 4.200.000 metros de tecido, 480 toneladas de algodão hidrófilo e 140 metros de toalha. Seus produtos são: algodão “Farol”, o “florestine” (gold/popeline estampada) brim e cotelê; sendo gold e campo operatório²⁵ os principais.

Apesar da queda da produção, comparativamente a 1993, verifica-se um aumento da produção de algodão hidrófilo e uma expansão de 23% do emprego comparativamente a setembro de 1993. Nesse mesmo mês, José Carlos Pinheiro de Assis retorna à SJR no lugar de Inácio Carvalho de Assis, o qual se mantém na empresa até 2019.

Em 2020, a fábrica administrada por Eduardo e seus dois filhos, Rodrigo Assis, diretor de Produção, e Marcelo Assis, diretor Financeiro e Comercial, aprimora-se em garantir um ambiente de competitividade e atualização de seu parque industrial para continuar a manter a qualidade, a agilidade e a modernidade inerentes à sua história.

²⁴ A partir desse ano a empresa deixou de prestar qualquer tipo assistencialismo à comunidade.

²⁵ A produção do campo operatório é contabilizada como tecido.

4. Conclusão

O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um exemplo da transferência direta do capital do café para a indústria. O complexo surgiu com a fazenda de café em 1858 e em 1925 instalou-se a fábrica têxtil. A fábrica de tecidos São João Evangelista, que começou pequena, teve grande impulso a partir de 1938, com a importação de uma fiação americana e uma tecelagem inglesa. Durante a Segunda Grande Guerra, a SJE obteve lucros extraordinários, os quais permitiram que o complexo se expandisse e se diversificasse. Além da fazenda e da fábrica, foi incorporada a esse um banco e uma empresa aérea. Vale dizer que a SJE já era proprietária, desde 1911, da Companhia de Energia da cidade, que também era responsável pelos serviços de bondes e telefones.

No complexo verificou-se que a estrutura familiar de administração funcionou enquanto os lucros foram altos e sustentaram toda a família. Com o crescimento desta e a diminuição daqueles, começaram os problemas entre acionistas e diretoria e vieram à tona as falhas desse tipo de estrutura administrativa.

Na década de 1980, tanto a fazenda como a fábrica foram vendidas para herdeiros da família Assis. Na SJE, uma fase de austeridade e crescimento se inicia em 1981, com a aquisição de aproximadamente 97% das ações por um dos sócios, neto do fundador da fábrica, o qual se mantém, juntamente com dois filhos (quarta geração) comandando a fábrica até os dias de hoje.

A Fazenda da Floresta e a Fábrica de Tecidos São João Evangelista, hoje independentes mas ainda propriedades de descendentes do grupo fundador, têm para a cidade de Juiz de Fora um inegável valor histórico.

Referências

- AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elisabeth Cary. Viagem ao Brasil 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.
- ARQUIVO, CETex. 1946.
- ARQUIVO, SJE. 1923-1993.

- ARQUIVO, SJE. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados* – Ministério do Trabalho. 1993–2010.
- ASSIS, Eduardo Pinheiro. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *SJE*: 1981/1993, out. 1993.
- ASSIS, Eduardo Pinheiro. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento Assis. *SJE*: 1993/2010, out./nov. 2010.
- ASSIS, José Carlos Pinheiro. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *SJE na década de 80*, 5 nov. 1993.
- ASSIS, José Carlos Pinheiro. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento de Assis. *SJE*: 1993–2010, set./out./nov. 2010.
- ASSIS, Júlio Álvares. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *A Fazenda da Floresta*, 30 out. 1993.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ESTEVES, Albino de Oliveira. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Carta-Convite*, 4 nov. 1993.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850–1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais no início do século: algumas observações. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 8, n. 2 mai./ago. 1978.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Maria da Conceição Assis Ribeiro. *Eles e vocês*. 1956.
- OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides juizforanas (1698–1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.
- PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Niterói: UFF, 1993 (Dissertação, Mestrado).
- REALIDADE industrial de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, nov. 1972.
- SOUZA, Creonice Aparecida de Oliveira. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento Assis. *SJE*: 1993–2010, out./ nov. 2010.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850–1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Anexos

ANEXO 1 – Diretoria da SJE 1933 – 2008

1933	Theodorico Álvares de Assis Francisco Álvares de Assis	1965	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis Gumercindo Barroso Machado Francisco Pinheiro de Assis Júlio Cesar Alcântara de Assis
1938	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis		
1955	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis	1966	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis
1962	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis	1983	Eduardo Pinheiro de Assis José Carlos Pinheiro de Assis
		2008	Eduardo Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Rogério Friaça Rocha Cardoso

Fonte: SJE (1933 a 2008)

ANEXO 1-A – Conselho Fiscal da SJE 1932 – 1982

1932	Cel. Theodorico Ribeiro de Assis João Nogueira Penido Frederico Álvares de Assis	1951	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira
1936	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Frederico Álvares de Assis	1956	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1938	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Francisco Álvares de Assis	1972	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Henrique José Hargreves
1941	José Maria Penido João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça	1977	João Bernardino Alves Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis
1942	João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça Pedro Ribeiro da Costa	1982	José Pedro Lacerda Machado Iroá de Oliveira Braga Walter Gosling Júnior
1945	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Albino Machado	1982	Extinto

Fonte: SJE (1932-1982).

ANEXO 1-B – Conselho Fiscal – Suplentes da SJE 1932 – 1982

1932	Francisco Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1945	Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1934	João Ribeiro Villaça Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1951	Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés Carlos de Castro Teixeira
1936	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1956	Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis Carlos de Castro Teixeira
1938	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira	1977	Haroldo Renault de Oliveira Renato de Carvalho Loures Edson Campos Porto
1939	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis João Álvares de Assis	1982	Dalmo Muller Pessoa José Augusto Martins Villela Jarbas de Souza
1941	Albino Machado Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira	1982	Extinto

Fonte: SJE (1932-1982).

ANEXO 1-C – Conselho de Administração da SJE 1955 – 1981

1955	João Ribeiro Villaça Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira	1970	Joaquim Ribeiro de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1958	Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira	1974	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília de Assis Mauler Carolina de Assis Repetto
1959	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto	1975	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1961	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Júlio Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis	1977	Theodorico Álvares de Assis Luiz de Assis Villaça Mário de Assis Ribeiro de Oliveira Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis

(continua)

ANEXO 1-C – Conselho de Administração da SJE 1955 – 1981

1962	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Leonor Carvalho de Assis	1980	Theodorico Álvares de Assis Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1966	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira João Ribeiro Villaça	Jul/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado Eduardo Pinheiro de Assis
1969	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Luiz de Assis Villaça	Ago/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado José Carlos Pinheiro de Assis

FONTE: SJE (1932-1981).

Obs.: extinto em 1982.

ANEXO 1-D – Conselho Consultivo da SJE 1977 – 1981

Criado em 1977 Extinto em 1981	Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto Maria da Conceição de Assis Ribeiro de Oliveira
-----------------------------------	---

Fonte: SJE (1932-1981).

ANEXO 2 – Lucros e dividendos da SJE* – 1933-2008

ANO	LUCRO LÍQUIDO (A)	DIVIDENDOS (B)	B/A%	ANO	LUCRO LÍQUIDO (A)	DIVIDENDOS (B)	B/A%
1933	400:922\$580	175:000\$000	43,6	1964	132.850.979,30	30.547.588,00	
1934	312:402\$380	222:600\$000	71,2	1965	138.706.864,00	10.447.588,00	22,9
1935	233:514\$000	155:856\$000	66,7	1966	190.816.750,00	-	7,7
1936	515:581\$000	150:000\$000	29,0	1967	207.479,88	-	-
1937	495:350\$000	340:040\$000	68,6	1968	859.527,23	-	-
1938	427:500\$000	300:000\$000	70,0	1969	806.020,55	156.000,00	-
1939	866:000\$000	583:132\$000	67,3	1970	909.667,46	175.500,00	19,3
1940	1.681:286\$000	1.192:660\$000	70,9	1971	1.729.946,14	219.375,00	19,2
1941	3.531:826\$600	2.159:373\$000	61,1	1972	1.613.726,75	254.475,00	12,6

(continua)

ANEXO 2 – Lucros e dividendos da SJE* – 1933-2008

1942	5.950.202,00	2.756.054,00	46,3	1973	2.805.443,03	285.187,50	15,7
1943	7.838.609,00	4.050.000,00	51,1	1974	6.707.002,22	329.062,50	10,1
1944	10.880.580,00	4.725.000,00	43,4	1975	1.665.132,96	349.628,90	4,9
1945	13.699.182,00	9.000.000,00	65,6	1976	7.226.272,23	702.685,55	20,9
1946	17.892.016,00	7.500.000,00	41,9	1977	7.090.647,65	1.028.320,00	9,7
1947	12.347.724,00	3.075.000,00	24,9	1978	12.241.662,43	1.574.960,00	14,5
1948	10.452.874,00	7.500.000,00	71,7	1979	21.845.250,94	2.300.000,00	12,8
1949	11.040.481,00	7.500.000,00	67,9	1980	(4.907.992,31)	2.300.000,00	10,5
1950	11.714.480,00	7.500.000,00	64,0	1981	(54.607.492,18)	-	-
1951	14.730.185,00	8.625.000,00	58,5	1996	666731,59		-
1952	15.752.596,00	6.750.000,00	42,8	1997	60606,35		
1953	15.676.079,00	8.250.000,00	52,6	1998	-		
1954	19.809.343,00	9.000.000,00	45,4	1999	-		
1955	18.663.505,00	9.750.000,00	52,2	2000	484467,48		
1956	23.390.095,00	14.750.000,00	63,0	2001	116509,92		
1957	12.528.336,00	9.600.000,00	76,6	2002	-		
1958	14.533.655,00	9.600.000,00	66,0	2003	617120,76		
1959	24.749.290,00	10.400.000,00	42,0	2004	576297,39		
1960	27.038.503,00	12.000.000,00	44,3	2005	677763,15		
1961	37.652.556,00	16.800.000,00	44,6	2006	403.570,15		
1962	41.230.353,00	26.100.000,00	63,3	2007	(389035,95)		
1963	91.074.776,00	35.300.000,00	38,7	2008	(12939,02)		

Fonte: SJE (1933-2008).

* 1933/1941: Contos de réis; 1942/1966: Cruzeiros; 1967/1985: Cruzeiros novos; 1986/1988: Cruzados; 1989: Cruzados novos; 1990/1993: Cruzeiros; 2004: Real.

ANEXO 3 – Aumentos de capital da SJE* – 1932-2009

ANO	CAPITAL	ANO	CAPITAL	ANO	CAPITAL
1932	700:000\$000	1972	4.387.500,00	1992	1.242.537.387,00
1934	1.500:000\$000	1974	5.484.375,00	1993	299483370,20
1936	2.000:000\$000	1975	6.855.469,00	1994	266464,89
1940	6.000:000\$000	1976	10.283.203,00	1995	2548794,64
1942	9.000:000\$000	1977	17.481.445,00	1996	
1946	15.000.000,00	1978	28.319.941,00	1997	
1952	30.000.000,00	1979	42.479.911,00	1998	-
1955	45.000.000,00	1980	63.719.866,00	1999	-
1956	80.000.000,00	1981	95.579.799,00	2000	-
1961	130.000.000,00	1982	187.897.425,04	2001	2956409,04
1962	160.000.000,00	1983	371.585.000,00	2002	2956409,04
1963	200.000.000,00	1984	764.638.392,00	2003	2996409,04
1964	300.000.000,00	1985	2.357.635.042,00	2004	2996409,04
1964	1.044.758.800,00	1986	12.743.973,20	2005	2996409,04
1965	1.144.758.800,00	1987	31.859.933,00	2006	2996409,04
1966	1.300.000.000,00	1988	138.909.307,88	2007	2996409,04
1967	1.950.000,00	1989	1.274.397,32	2008	2996409,04
1969	2.925.000,00	1990	25.487.946,40	2009	2996409,04
1971	3.510.000,00	1991	214.735.948,42		

Fonte: SJE (1932-2009).

* 1932/1941: Contos de réis; 1942/1966: Cruzeiros; 1967/1985: Cruzeiros novos; 1986/1988: Cruzados; 1989: Cruzados novos; 1990/1993: Cruzeiros; 2004: Real.

